

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 600

Data: 25.08.87

Pg.: \_\_\_\_\_

### Polícia Federal tira padre católico de área ianomâmi

BRASÍLIA — O padre Guilherme Damiani foi retirado da missão Catrimani, junto aos índios ianomâmis, em Roraima, por um grupo de três agentes da Polícia Federal armados de revólveres e um funcionário da Funai que o levaram a bordo de um avião para Boa Vista. A retirada do padre obedece a uma determinação da Funai. Segundo padre Guilherme, os policiais ameaçaram utilizar a força, caso ele não saísse da missão. "Atendi à exigência para evitar que os índios se revoltassem e partissem para uma ação violenta".

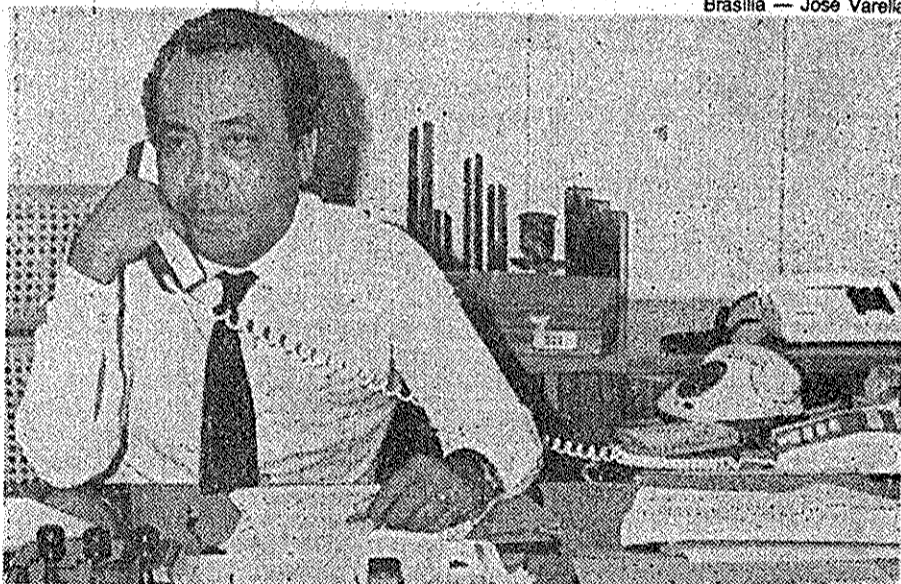
Num conflito entre índios e garimpeiros, distante da área da missão morreram índios e garimpeiros, mas não há informações precisas da Polícia Federal nem da Funai, que impedem a entrada da imprensa na área. Os padres estariam sendo retirados por causa desse conflito.

O presidente da CNBB, dom Luciano

Mendes de Almeida, negociou com o presidente da Funai, Romero Jucá, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, uma autorização para que o bispo de Boa Vista, dom Aldo Mongiano, possa freqüentar a área da missão, onde cerca de 400 índios ianomâmis vivem em 11 aldeias. De acordo com o padre Guilherme, foram registrados 80 casos de malária entre índios nos últimos dois meses.

Para abandonar a área, o padre Guilherme negociou a permanência da irmã Floresta, enfermeira, que atualmente cuida de cinco índios doentes. Segundo ele, a Funai mandou para substituí-la dois funcionários que não dominam o idioma ianomâmi. Dois outros padres — que atuam na região de Normandia, onde houve outro conflito entre índios maxuxis e o proprietário da Fazenda Guanabara — também estão em Boa Vista.

Brasília — José Varella



João Alves quer partir do respeito aos índios e suas reservas

### Ministro buscará conciliar

BRASÍLIA — O ministro do Interior, João Alves Filho, 46 anos, ex-governador de Sergipe, há 18 dias no cargo, ressaltando tratar-se apenas de uma opinião pessoal, abordou ontem um dos assuntos mais polêmicos de sua pasta, que envolve o problema da mineração em terras indígenas, tentando conciliar os interesses das duas partes:

— Vamos partir do princípio de que os índios têm direito às suas reservas e nelas devem viver com toda proteção, mas não podemos deixar de lado que nessas terras, pelos levantamentos que temos, existem reservas minerais no valor de 50 milhões de dólares, quase a metade da nossa dívida externa.

Ouvir as duas partes é uma atitude essencial, para o ministro João Alves. Ao se dar a concessão para a mineração, por exemplo, não se deve ouvir "apenas o Departamento Nacional de Produção Mineral, mas a decisão deve ser conjunta, pois a Funai não pode deixar de expor sua posição e de influir quando se conceder uma licença".

João Alves, entretanto, é contra a necessidade permanente de se ouvir o Congresso:

— Imagine se a cada vez que se solicitar uma licença o Congresso como querem alguns, tiver de ser ouvido. Será uma decisão muito difícil, sujeita a todo tipo de influência.

E apesar dos graves problemas do momento, não desespera:

— Está emocionalizado o debate. Temos os interesses das multinacionais que desejam ver tudo continuar paralisado porque não querem concorrência no mercado de minerais. Temos os interesses dos que querem se apoderar de tudo. Mas creio que chegaremos a uma negociação, a uma solução racional, para todos.

Também na questão dos interesses fiscais João Alves diz desejar uma solução racional. Quanto, especificamente, à Zona Franca de Manaus, o ministro do Interior discorda das recentes críticas do ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

— Respeito e compreendo a posição do ministro Bresser, mas existem argumentos a favor da Zona Franca. No ano passado, por exemplo, importamos 500 milhões de dólares e produzimos 5 bilhões de dólares.